

Leandro Mayer

Mestrando em História pela Universidade de Passo Fundo, Bolsista Capes.
mayerleandro@yahoo.com.br

Orientadora: Prof. Dra. Rosane Márcia Neumann.

INTRODUÇÃO

O artigo apresenta resultados preliminares do estudo em torno da Campanha de Nacionalização e Repressão: alemães em Itapiranga (SC) durante o período do Estado Novo (1937-1945) realizado através do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF). O objetivo é compreender de modo abrangente, as ações de repressão sofridas pelos moradores de Itapiranga-SC, antiga colônia Porto Novo especialmente nos primeiros anos da década de 1940, durante o período do Estado Novo de Vargas (1937-1945). A repressão está associada à região visto que ali, estava estabelecido um núcleo relativamente homogêneo de alemães e católicos. Para entender o processo da repressão no contexto local e regional, precisamos primeiramente compreender como se deu a formação e a colonização da região, visto que o empreendimento denominado Porto Novo¹, implantado na década de 1920 originou um núcleo étnico e religiosamente homogêneo no extremo oeste de Santa Catarina, alicerçado no germanismo e catolicismo.

O projeto de colonização Porto Novo tem suas origens no ano 1926. A colonização foi planejada, organizada e promovida pela *Volkverein für die Deutschen Katholiken in Rio Grande do Sul* - Sociedade União Popular para Alemães Católicos no Rio Grande do Sul, fundada em 1912 pelos jesuítas alemães de São Leopoldo, R.S². Entre os colonos, era conhecida simplesmente como *Volkverein* - Sociedade União Popular. Segundo Eidt (2011), o projeto de colonização Porto Novo foi uma resposta concreta do novo modelo eclesial, desejado pela igreja romana do século XIX.

Em 28 de janeiro de 1926 ocorre a primeira compra de terras por força de contrato, no extremo oeste de Santa Catarina. Deste modo, o projeto de colonização Porto Novo torna-se

¹ O nome Itapiranga foi uma sugestão dada pelo então Presidente de Estado de Santa Catarina Adolpho Konder, em visita a Porto Novo em maio de 1929. Desta maneira, os nomes Porto Novo e Itapiranga poderão ser empregados em diferentes momentos e situações históricas de contextualização, sem prejuízo ao contexto em que se inserem.

² WERLE, André Carlos. *Porto Novo: o reino jesuítico germânico no oeste de Santa Catarina*. Curitiba: CRV, 2011, p.169.

“o primeiro prolongamento da colonização teuto-brasileira católica do Rio Grande do Sul em Santa Catarina” (HEINEN, 1997, p. 71). Conforme Eidt, este foi o “palco de uma das organizações coletivas mais fechadas de que se tem conhecimento no Brasil” (EIDT, 1999, p. 15), recebendo migrantes das colônias velhas do Rio Grande do Sul e imigrantes “natos” – *Detschländer*, que se estabeleceram principalmente no núcleo de Linha Presidente Becker.

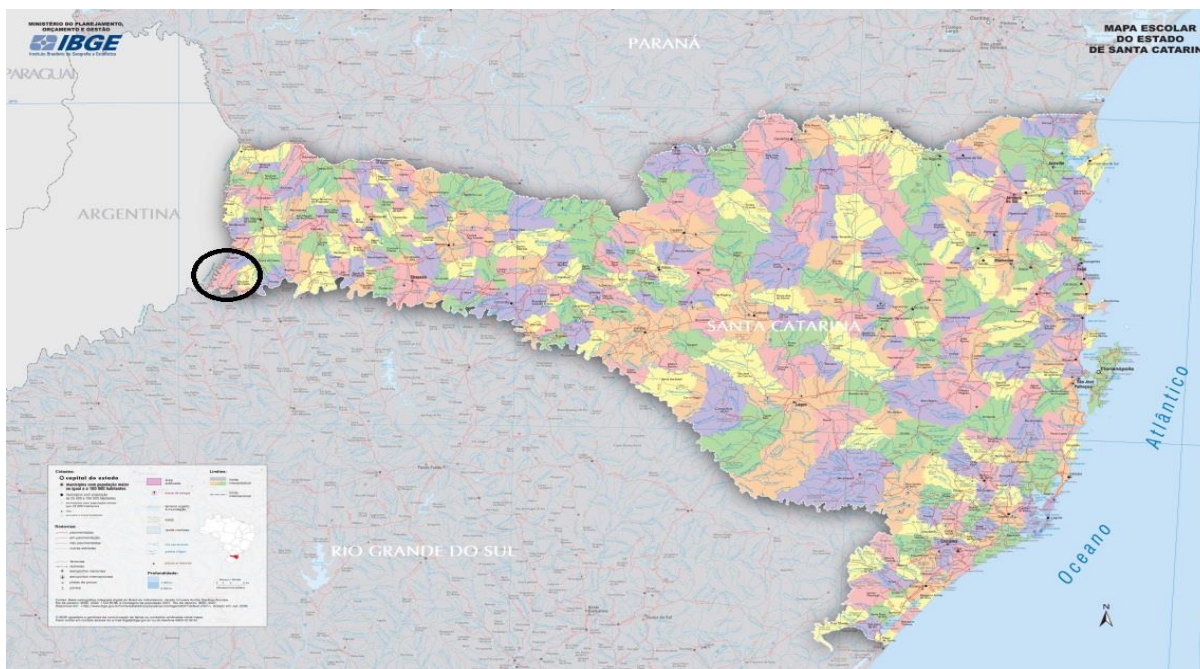


Figura 01 - Mapa de Santa Catarina. Em destaque localização do atual município de Itapiranga. Fonte: <http://www.infoescola.com/wp-content/uploads/2009/12/mapa-sc-municipios.jpg>

O mapa situa o atual município de Itapiranga, região que a partir de 1926 recebeu o projeto de colonização Porto Novo. É possível observar os limites geográficos da região, que se confrontam ao Sul com o estado do Rio Grande do Sul e a Oeste com a Argentina.

Em suas primeiras décadas de colonização (anos 20 e 30), Itapiranga se caracterizava como uma colônia com forte valorização de elementos estrangeiros. Podemos citar entre estes elementos especialmente a língua alemã, falada em todos os locais, inclusive na igreja; a principal fonte de leitura dos moradores vinha da revista *Skt Paulusblat* (editada em alemão); os rádios embora poucos, sintonizavam as estações de rádio alemãs via ondas curtas; as escolas paroquiais ensinavam em alemão. Além disso, Jungblut (2000) argumenta que os alemães espalhados pelo mundo, entre eles, natos e descendentes, se entusiasmaram pelas novidades políticas e a ideia de raça superior propagada por Hitler, e em Porto Novo a doutrina nazista também empolgou o povo na década de 1930, conforme vemos na imagem que segue:



Fonte: Jungblut, 2000, p. 137. A foto tem a seguinte legenda: “Em Itapiranga, o povo se empolgou com o nazismo, desfrandando estandartes com a suástica hitlerista (como pode ser vista na foto do clube Sete de Setembro, tirada em 1935)”.

Este fato de aproximação e simpatia de parcela do povo com a ideologia Nazista trouxe consequências profundas à população local, especialmente a partir de 1938, onde as primeiras ações nacionalistas de Vargas em torno da formação da identidade nacional começaram a ser postas em prática: “Na segunda metade da década de 30, os quistos étnicos chamavam a atenção dos intelectuais e das autoridades governamentais, despertando mais uma vez o fantasma do “perigo alemão”. Como resultante, desencadeara-se a Campanha de Nacionalização” (NEUMANN, 2003, p. 115). Portanto, o Estado Novo combateria os “quistos étnicos” pautado no discurso de “construção da brasilidade” e “nacionalização do estrangeiro”. Para isso, faria uso de todos os meios possíveis para sua legitimação. Neste contexto, Itapiranga inegavelmente configura também como um “quisto étnico”.

Neumann (2003) esclarece que a Campanha de Nacionalização adotou a língua portuguesa como elemento definidor de “ser brasileiro”. “O indivíduo que residia em território nacional e a desconhecia, automaticamente era tachado de desnacionalizado e uma ameaça potencial à nacionalidade brasileira” (NEUMANN, 2003, p. 134). E conclui:

O Estado Novo sentia-se ameaçado por todos os lados, seja pelos “inimigos” internos ou externos, reunidos nos supostos complôs, como pelos estrangeiros residentes no país. Em consequência, implementara medidas preventivas “necessárias” para a segurança nacional, dentre elas, a Campanha de Nacionalização, tendo em vista o abasileiramento dos

contingentes estrangeiros localizados no país, em particular os alemães no Rio Grande do Sul (NEUMANN, 2003, p. 146).

ALGO NÃO ESTÁ BEM... O FECHAMENTO DAS ESCOLAS PAROQUIAIS: O PRIMEIRO GOLPE

Em Itapiranga, os primeiros sinais de que “algo não estava bem” começaram a ser sentidos em 1938, onde através de decreto do Interventor do Estado de Santa Catarina, Nereu Ramos, todas as Escolas Paroquiais³ foram fechadas no Distrito. Naquele ano, Itapiranga contava com mais de 6 mil habitantes, distribuídos em 17 comunidades (ROHDE, 2011). É neste ano, que surgem rumores sobre uma tal “*nacionalização abrangente*”, noticiada pelos jornais. Os habitantes de Porto Novo não compreendiam muito bem o que isso significava. Mal sabiam eles, o que o processo de Nacionalização instituído pelo presidente Getúlio Vargas por meio de um golpe de estado, normatizando condutas autoritárias de governo, poderia trazer para estes “desnacionalizados”⁴, como eram vistos diante aos olhos do governo autoritário e aos brasileiros, para os quais, a presença alemã era uma “ameaça”, um “perigo”. O primeiro golpe sofrido pelos alemães de Itapiranga, conforme Jungblut (2000) foi a Lei de Nacionalização do ensino, assim como a proibição de falar o alemão. Porto Novo era uma colônia que recebeu apenas alemães e católicos, onde poucos sabiam se comunicar em português.

Não houve tolerância:

A proibição de falar Alemão em qualquer lugar. Sequer uma saudação, uma interjeição, ou chamar um animal em alemão foram tolerados. As falsas denúncias eram frequentes e aconteciam entre vizinhos quando o relacionamento era invejoso. Havia Inspetores de Quarteirão que entregavam compatriotas às autoridades, quando os flagravam ou quando recebiam alguma denúncia de fala indevida de alemão. Vizinhos, outrora tão solidários, denunciavam-se nem que para isso tivessem que espiar ou escutar a conversa das famílias escondidos próximos às casas. O espírito fraterno que havia entre os habitantes das comunidades foi substituído pela desconfiança, o ódio, a denúncia vazia, a mágoa (JUNGBLUT, 2000, p. 149-150).

³ Com relação ao modelo para criação e instituição das escolas em Porto Novo, denominadas Escolas Paroquiais, Eidt contextualiza que “a escola paroquial e comunitária foi inspirada no modelo autoritário e confessional das escolas paroquiais do Rio Grande do Sul e, anteriormente, da Alemanha” (1999, p. 10). E argumenta: “Em todas as comunidades rurais foram fundadas escolas, especialmente por motivo religioso. Com uma estrutura técnico-pedagógica deficiente, o currículo limitava-se a leitura, escrita, cálculos e sessões diárias de catecismo e aulas de religião” (1999, p. 11).

⁴ Termo usado por Rosane Marcia Neumann (2003) ao se referir aos imigrantes alemães, vistos como estrangeiros durante o período da Nacionalização.



Isso trouxe um clima de instabilidade comunitária e de insegurança na colônia. Se até então reinava a fraternidade, agora reinava o medo e a desconfiança, visto que os denunciadores eram do próprio grupo.

O Decreto Lei Federal nº 406 de 04 de maio de 1938, instituiu a “*Lei da Nacionalização*”, fazendo com que a campanha de nacionalização fosse intensificada, e um dos argumentos para tal era de que os teuto-brasileiros eram adeptos ao *nazismo*. Em 12 de dezembro de 1938, foi assinada a lei de reforma do sistema de ensino, o decreto nº 7.614, onde dizia que a instrução primária seria ministrada exclusivamente em português, que levou ao fechamento temporário de todas as escolas da colônia Porto Novo. Conforme Eidt (2011, p. 35), “o modelo escolar pautado no professor comunitário e arraigado nas sociedades teuto-brasileiras desde o século XIX sofreu grande impacto em 1938”. Já para Amorim (2000), o fechamento das escolas alemãs, denominadas também de *Deusche Schule*, estão associados no fato desta medida fazer vigorar o estabelecido no processo de Nacionalização, passando o Governo Catarinense, a partir de março de 1938, “a exercer com rigor a vigilância sobre as escolas, fechando aquelas suspeitas de influência nazista e proibindo o ensino em idioma estrangeiro” (AMORIM, 2000, p. 78). Portanto, “o projeto de nacionalização através da educação chegou às distantes comunidades de colonos estrangeiros e seus descendentes” (Santos, 2008, p. 68). O fechamento das escolas paroquiais em Itapiranga pode ser cotejado com o registro publicado pelo jornal A Voz de Chapecó em 1940:

Outra questão importantíssima há, em relação ao dito distrito de Itapiranga, questão dúplice.

É a relativa às escolas e á nacionalização.

A esse respeito houve alguma ação, tendente a remediar os males existentes.

No ano 1938, as escolas mantidas pela empresa colonizadora, com professores estrangeiros, ministrando o ensino em língua estrangeira, subvencionados por governo estrangeiro, foram fechadas, por ordem do Governo do Estado.

Houve troca de telegramas inamistosos, entre as autoridades eclesiástica e a escolar.

Depois os sinos da igreja local dobravam a finados, em sinal de protesto contra o ato da autoridade brasileira.

Meses passaram e os doze professores dispensados voltaram ao exercício do ensino, prometendo ministra-lo em língua portuguesa.

Está solucionado o problema.

A nacionalização está feita. Que se ha de fazer? (A VOZ DE CHAPECÓ, 1940, número 27, p. 1).

No livro Tombo da Paróquia São Pedro Canísio, em anotação feita em outubro de 1940, consta:

Itapiranga só tinha, até pouco, escolas paroquiaes. A lei da nacionalização ocasionou uma luta com o Governo do Estado, provocado por desinteligências da parte do Snr Interventor Federal, resultando em fechamento provisório ou temporário das escolas, sendo ellas reabertas como escolas estaduais, continuando a funcionar nos prédios das capelas. Para

isto só demos e damos licença, contanto que todo dia se ensine religião e que a capella esteja á disposição do padre nos dias de visita parochial. Os snrs professores executem as leis da nacionalidade sem ferir, melindrar, cuidem porém, agora mais do que nunca, que as creanças recebam a melhor instrução religiosa, conservem e aperfeiçoem o conhecimento e a pratica da fé. Isto é obrigação e consciência do professor cathólico (LIVRO TOMBO, 1940, p. 19, no original sem grifos).

Pelo registro do livro percebemos que apesar do ensino das escolas ter sido assumido pelo estado, o clero busca de todas as maneiras, interferir na prática do ensino, especialmente na imposição de *se ensinar religião todos os dias*. Recomendam atenção para que os preceitos católicos sejam ensinados adequadamente e, sobre o professor pesa o compromisso moral para que cumpra o seu dever de católico. É o que podemos denominar de “controle social do clero”.

Sobre a repressão educativa lemos em Neumann:

A repressão educativa fora a maneira mais efetiva e produtiva, a longo prazo, da Campanha de Nacionalização. Por intermédio das escolas, atingiram-se as crianças, tanto nas áreas coloniais quanto urbanas. Objetivava-se superar dois obstáculos: a sobrevivência de uma prática regionalista e a presença de núcleos estrangeiros nas zonas de colonização. A primeira dificuldade deveria ser resolvida pelo Estado com a padronização do ensino, com a unidade de material didático, programas, etc. A segunda, exigiria medidas mais enérgicas, visando homogeneizar a população, através do projeto de nacionalização do ensino, ou seja, o “abrasileiramento” do ensino (NEUMANN, 2003, p. 207).

Os primeiros anos da década de 40 se tornaram *silenciosos e assustadores* em meio à mata da recém-criada colônia Porto Novo, sendo que muitos fatos marcaram os moradores de origem e descendência alemã, que segundo Jungblut (2000), sofreram todo tipo de violência. Ainda segundo o autor, “centenas de histórias carregadas de sofrimento podem ser narradas. Procedimentos absurdos, adotados pelas autoridades militares, enquadraram-se nos crimes de guerra, mas jamais alguém foi levado a julgamento algum” (JUNGBLUTH, 2000, p.149). Era a repressão!

A REPRESSÃO POLICIAL EM ITAPIRANGA

A colonização de Porto Novo é bastante peculiar e desenvolveu-se na zona cujos limites geográficos são o estado do Rio Grande do Sul e o país da Argentina. Além deste contexto, a comunidade de Linha Presidente Becker recebeu a partir de 1931 alemães “natos” – *Deutschländer*, que se estabeleceram num núcleo fechado em si mesmo, recebendo portanto, exclusivamente alemães imigrantes da Alemanha, ocorrendo a demarcação de uma região, um núcleo, para assentar os imigrantes – *Deutschländer*. Todavia, especialmente com o desenvolvimento do conflito bélico na Europa, as consequências em Itapiranga são inevitavelmente sentidas pelos seus moradores. Com a normatização de condutas

nacionalistas do governo brasileiro, seus habitantes tiveram que se adaptar ao novo controle estabelecido, agora, pelo Estado. Soa estranho falar em controle estabelecido “*agora pelo Estado*”, mas até então havia uma relativa autonomia nas colônias germânicas, com as autoridades bastante indiferentes à organização das mesmas (Seitenfus, 2003).

O registro de visita pastoral que ocorreu em outubro de 1940 à Paróquia de Itapiranga pelo prelado de Palmas, é revelador quanto aos elementos da nacionalização, que foram um dos temas abordados pelos religiosos na ocasião das visitas às capelas: “Toda a população da zona restricta do districto de Itapiranga é exclusivamente cathólica e allemã de origem” (LIVRO TOMBO, 1940, p. 18). E segue: “Em nossas [falas] frizamos algumas vezes o problema e a necessidade da nacionalização” (LIVRO TOMBO, 1940, p. 19).

Vejamos: a lei da nacionalização é compreendida pelo clero como uma necessidade, ou seja, uma lei maior de Estado, tendo as pessoas que se adaptar ao contexto que esta impõe. Por outro lado, pelo discurso, concluímos que para o clero, ela é vista como um problema. Supomos que neste caso o clero esteja se referindo às colônias germânicas e sua decorrente dificuldade na adaptação da lei, visto que nestes locais, significativo número de pessoas não sabem se expressar em português.

Em Itapiranga podemos citar um conjunto de medidas intervencionistas que foram adotadas pelo Estado a partir de março de 1942. Até 1942, o que ocorrera em termos de nacionalização em Itapiranga havia sido o fechamento das escolas paroquiais, a proibição de partidos políticos e de falar o alemão. Porém, este último não cobrado rigorosamente. Todavia, as medidas mais profundas seriam implantadas agora, com a instalação da Brigada Militar do Rio Grande do Sul no distrito. Jungblut (2000) cita as principais medidas, que compreendiam o recadastramento de todos os estrangeiros; recolha de armas e rádio receptores⁵; posse obrigatória de Salvo Conduto⁶; proibição de falar o alemão, em qualquer que fosse o lugar, inclusive na própria casa ou tratamento a um animal; desqualificação da

⁵ Os aparelhos de rádio integravam a lista de artigos anti-nacionais e passíveis de apreensão. Desempenhavam dois papéis divergentes: por um lado, era por intermédio dele que se irradiavam os discursos de Getúlio Vargas, a “Voz do Brasil”, atuando como um importante aliado nacionalizador. O problema residia no fato de os alemães utilizarem o mesmo aparelho para sintonizar as notícias da Alemanha, via ondas curtas. Retirando o rádio, comprometia-se a primeira proposta – nacionalização –, mas eliminava-se o perigo nazista (NEUMANN, 2003, p. 190).

⁶ Outra medida governamental/policial adotada fora o salvo-conduto, limitando o movimento dos estrangeiros/de origem a partir de novembro de 1938. Todo passageiro que viajasse por via férrea ou estrada de rodagem, com destino às localidades de fronteira e da serra, bem como do Rio Grande para a fronteira com os países vizinhos, deveria obrigatoriamente portá-lo. No referido documento constavam os dados de identificação de seu titular, sua fotografia, nacionalidade, o local de origem e de destino. Era válido por 60 dias, podendo ser revalidado (NEUMANN, 2003, p. 170-171).



cidadania, rotulando os alemães de Quinta Coluna⁷; recolha e destruição de todo e qualquer material impresso em idioma alemão. A Brigada Militar do Rio Grande do Sul esteve em Itapiranga entre fevereiro de 1942 a julho de 1944, responsável pela “nacionalização” dos alemães de Porto Novo, assimilando e integrando os alemães à sociedade brasileira. Sobre a atuação da mesma, lemos em Jungblut que o período foi marcado por perseguições e abusos, cometidos pelas autoridades policiais:

Foi a época das perseguições - Vervolgungen, aos estrangeiros e aos que falassem alguma palavra em Alemão. Encheram as paredes, postes e locais públicos e privados com cartazes, proibindo falar Alemão. Dos brigadianos riograndenses conta-se que:

- a) **agiam como ladrões**, pois confiscavam o que lhes agradava em nome do Estado de Guerra, **prendendo e torturando muitas pessoas, algumas até quase à morte**;
- b) eram estelionatários porque obrigavam as pessoas a lhes fazer concessões mediante ameaças. Foram eles que impuseram com rigor Salvo Conduto, documento sem o qual não se podia sair de casa. Batizaram os moradores de Quinta Coluna ou traidores da Pátria e com nomes desrespeitosos. Exilaram presos para prisões de Porto Alegre, Chapecó, Lajes, Joinville. Em Lajes, terra do Governador Nereu Ramos, alguns foram submetidos ao trabalho escravo abrindo estrada para os fazendeiros. **Violentaram moças e seduziram senhoras, incluindo chantagens com as esposas dos presos**. Foram os brigadianos do Rio Grande do Sul que transformaram o salão da "Sociedade 7 de Setembro" em casa de "prisão e de tortura". Foram eles que **expulsaram todos os estrangeiros**, com a família, de Itapiranga, sem esperança de retorno. Os mesmos militares invadiram as casas em todo o Distrito para apreensão de textos, quadros, panos que tivessem alguma inscrição em Alemão para queimá-los (JUNGBLUT, 2000, p. 150-151, grifos nossos).

Neste período, um dos capítulos mais sombrios da história de Porto Novo adveio, onde as maiores atrocidades ocorreram. Parte delas esteve associada a uma investigação sobre um suposto contrabando de armas que teria chegado em Itapiranga em 1939. “As armas seriam tantas que permitiriam um levante pró-nazista ou até a formação de um pelotão de guerra alemão em Itapiranga e região” (JUNGBLUT, 2000, p. 151). “Meu pai (Georg) e o Joseph Dietz foram acusados de terem recebido algo em torno de duas mil armas do Kliemann e as escondido, no intuito de armar os alemães residentes em Porto Novo” (JORNAL FORÇA D’OESTE, edição 895, p. 7). Durante a permanência da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, muitas pessoas foram presas. Várias delas delatadas por seus próprios vizinhos, acusados de falar alemão, por exemplo. A observação sobre essas denúncias parte do próprio padre Vigário da Paróquia durante as visitas às capelas do interior. Ele considera que é muito difícil catequizar as crianças sem usar a língua de origem (o alemão). Porém considera perigoso

⁷ O emprego de termos especiais para designar novas situações, como os possíveis conspiradores ou elementos suspeitos, foi uma das características do Estado Novo. Desse modo, os alemães e seus descendentes, suspeitos de traição, eram chamados de Quinta-Coluna. Todavia, nessa designação, em várias ocasiões, englobava sujeitos nacionais, acusados de prestar serviços a movimentos estranhos (NEUMANN, 2003, p. 141).



pregar em alemão por que, entre os próprios católicos pode haver delatores. Sobre essa observação, lemos o registro feito em 26 de abril de 1943:

Em suas primeiras visitas às capelas o novo vigário constata ser quase impossível ensinar a religião às crianças sem auxílio da língua de origem. Ora o uso desta é severamente intervisto em público e seria expor-se a graves reações não respeitar esta proibição, ainda mais que entre os próprios católicos de origem há homens que com denúncias procuram conquistar um ossinho junto às autoridades locais (LIVRO TOMBO, 1943, p. 21, no original sem grifos).

Nestes termos, lemos em Neumann:

A polícia contava com a delação para o seu trabalho, não importando muito a veracidade das denúncias. Para ela, a vida de cada cidadão deveria ser como um livro aberto, sem segredos. Durante a II Guerra Mundial, das grandes às pequenas cidades eram rastreadas, em busca de vestígios suspeitos, apreendendo o que pudesse vir a ser comprometedor. Um dos principais alvos eram os livros, bem como armas, diplomas, mapas, fotografias e jornais em língua estrangeira. Tudo servia como “prova do crime” (NEUMANN, 2003, p. 160).

Os episódios de prisões por falar em alemão também podem ser cotejados com os registros do Livro Tombo. Referindo-se ao subdelegado Sr. Ruy, consta que em 11 de dezembro este prendera um senhor por falar em alemão: “Ruy, apesar de deposto ainda prendêra o pobre do Zinzer em sua casa por ter falado alemão. Por intimação do juiz da paz prometeu de solta-lo às 9hs, mas eram 11,30hs quando chegou em casa” (LIVRO TOMBO, 1943, p. 24). Mais adiante, lemos outro registro de prisão ao mesmo sujeito. Segue o relato: “O soldado Noel prende, de novo o Sr Zinzer, porque a Sr^a deste falara alemão com a vaca. Chegou a esbofetea-lo em plena rua e o deixou 24 hs sem cama nem comida na cadeia” (LIVRO TOMBO, 1944, p. 27). Pelas informações contidas nestes dois registros, percebemos que o falar em alemão não era tolerado. No segundo episódio relatado o preso inclusive “apanha” em meio á rua. Seria uma forma de intimidação para os demais? Outro dado interessante é que fora a esposa dele que falou em alemão. No entanto, quem apanhou e ainda sendo preso foi o marido. De fato, não há registros e relatos de prisão de mulheres, apenas de homens.

Um número não preciso⁸ de presos foi levado para Chapecó, Lages e Joinville, onde muitos permaneceram durante vários meses, incomunicáveis. Sobre essas prisões que ocorrem a partir de 1942, lemos em Rohde (2011), alguns registros diários feitos por sua filha Daniela, que na época dos fatos estava com 15 anos de idade:

3 de setembro - Hoje saiu outro caminhão carregado de prisioneiros, 33 pessoas foram levadas daqui. Mamãe perguntou a um dos soldados, para onde os homens seriam levados,

⁸ Não foram localizados registros ou documentos oficiais que tratam da questão.

e recebeu a resposta sem educação: "Isso não interessa a ninguém, e se os jogarmos iodados no rio ou os matarmos, a 5ª Coluna iria diminuir bastante." Estamos pasmos com tanta rudeza. Todas as crianças estão com medo por seus pais, como nós também.

4 de setembro - De um viajante, mamãe ouviu hoje, que os últimos prisioneiros haviam sido levados até próximo a Lages, onde estariam sendo obrigados a trabalhar na construção da estrada. Também, que ainda deveria partir, em breve, outro caminhão de prisioneiros para lá (ROHDE, 2011, p. 247).

Dois meses depois, outros registros sobre o mesmo grupo:

15 de novembro – [...] Ao anoitecer chegou o Sr. Vogel, o primeiro prisioneiro a voltar de Lages, a pé e em estado lamentável, trazia notícias dos demais, que seguiriam em breve. Mais que isto ele não quis contar.

23 de novembro - Hoje todo o grupo de Lages, exceto três homens, chegou ao Macuco, onde pernoitaram. Alguns ainda passaram aqui em casa durante a noite, havíamos sido avisados quanto à sua vinda. Mamãe conseguiu falar com alguns deles. Os pobres homens estavam com um aspecto lamentável, sem calçados, com os pés feridos, haviam percorrido quase todo o percurso a pé, neste calor.

24 de novembro - De manhã, bem cedo, passou o último grupo aqui em casa. Nós os vimos chegando e fomos até a estrada, pela qual eles iriam passar. Uma carroça os levava para casa. Mamãe conseguiu falar com todos eles. Apesar de tudo o que haviam passado, não tinham perdido seu humor nem sua coragem, e estavam felizes com a perspectiva de, em pouco tempo, estarem de novo entre os seus amados familiares, para festejarem o natal (ROHDE, 2011, p. 252).

Também neste período (1942 a 1944), um grupo de imigrantes alemães – *Deutschländer* – que estavam estabelecidos em Linha Presidente Becker se refugiou na Argentina, para não serem presos pelos militares que promoviam a nacionalização por toda colônia Porto Novo. Eram alemães natos. Não sabiam falar o português. Abandonaram tudo e fugiram. O grupo de retirantes ficou por cerca de dois anos estabelecido na Argentina, retornando apenas após o término das repressões e prisões. Alguns nunca mais voltaram ao Brasil, ficando estabelecidos em San Pedro – Argentina. Nestes anos, houve um período na Linha Becker onde praticamente não havia mais homens no núcleo. Um depoimento de Estevão Wohlfart ao jornal Força d'Oeste nos dá uma dimensão sobre o ocorrido. Seu pai, Georg Wohlfart foi um dos alemães natos – *Deutschländer* que deixou o Brasil e se refugiou na Argentina em agosto de 1942, donde retornou dois anos mais tarde:

Mal haviam se estabelecido em Porto Novo, após terem vindo de um período turbulento de guerra da Alemanha, abandonando aquele país por causa de Hitler. Foram perseguidos também no Brasil e eram considerados adeptos de Hitler, o que é uma inverdade. Se isso fosse verdade não teriam deixado a Alemanha anos antes. Não restava outra alternativa para eles: ou fugiam ou seriam presos.

[...]

Estevão frisa que na época dos fatos era criança, "mas eu me lembro que Linha Becker praticamente ficou deserta no ano 1943. Praticamente todos os homens estavam na Argentina ou presos. Quem não fugiu para a Argentina, foi preso e levado para Chapecó e Lages, onde eram obrigados a trabalhar na abertura de estradas. Restavam as mulheres e as crianças, que, sem outra alternativa, eram obrigados a se virar do jeito que podiam. Muitas se mudaram para a casa de familiares", lembra. Estevão conta que quando os soldados souberam da fuga dos homens para a Argentina, ao que nada podiam fazer por se tratar de

território de outro país, reforçaram a segurança ao longo do Rio Peperi, montando dois destacamentos na comunidade: um perto da residência de Günter Prost e outro na propriedade de Adof Kollmann.

[...]

“Fiquei sem ver meu pai por mais de dois anos. Recebíamos notícias dele por meio de cartas, enviadas sigilosamente. Sabíamos que estava vivo e que trabalhava numa serraria em San Pedro. Meu pai retornou da Argentina em agosto de 1944. Em 5 de agosto ele adquiriu um cavalo em San Pedro para que pudesse retornar a Linha Becker. O percurso a pé seria muito longo. Até hoje guardo o recibo do cavalo que ele comprou, o que comprova que esteve refugiado na Argentina. São documentos importantes e que fazem parte da história da nossa família. É com orgulho que guardo esta lembrança, embora seja triste” (JORNAL FORÇA D’OESTE, edição 895, p. 7).

A igreja também teve que se adaptar. Até então (1942) as rezas e cantos continuavam a ser feitos em alemão. Em 1942 lemos o seguinte relato no Livro Tombo:

Havia aqui o costume de pregar e cantar em ambas as línguas: em brasileiro e em alemão, ao menos nos últimos anos. A 1º de fevereiro veio ordem para o Sargento que era proibido falar o alemão em lugares públicos o que também queriam aplicar á igreja dizendo que a igreja era lugar publico, o que não foi admitido pelo Vigário – Depois o subprefeito e colector alegaram que tinha recebido ordem de promover a nacionalização e que se o Vigário continuava pregar em alemão deveriam denuncia-lo como o maior impedimento para a nacionalização – na mesma semana veio no jornal oficial - , o “Diario Oficial” um aviso do arcebispo de Florianopolis, que todas as funções religiosas fossem feitas no idioma vernáculo – a vista de tudo isso foi resolvido hoje em diante fazer tudo só no idioma vernáculo, deixar de cantar, rezar e pregar em alemão o que o povo muito sentiu (LIVRO TOMBO, 1942, p. 21, no original, sem grifos).

No ano seguinte, em 02 de fevereiro de 1943, uma cena protagonizada por um soldado chocou os fiéis reunidos em celebração: “Por este tempo um soldado do destacamento penetrou na igreja á hora da missa para tirar ao povo os livros de reza em alemão” (LIVRO TOMBO, 1943, p. 21).

Com os rádios, revistas, jornais e outros materiais de leitura recolhidos, o povo de Porto Novo ficou sem muitas notícias do Brasil e do mundo, visto que agora, as cartas também são censuradas: “Cartas, quase não chegam mais ou não saem daqui. A situação fica cada vez mais assustadora. Agora fomos proibidos de escrever cartas em alemão e tudo passa pela censura” (ROHDE, 2011, p. 251). Roubos, mulheres molestadas e torturas praticados pelas autoridades policiais são descritas no final de 1942:

O início de dezembro se passou relativamente tranquilo. No povoado de baixo, a situação estava um bocado pior, pois os soldados do Destacamento se permitiam atos inacreditáveis, de modo que ninguém, que não fosse obrigado, se aproximava de lá. Sempre de novo se ouvia que os soldados tomavam, simplesmente a seu bel prazer, cavalos e selas de quem queriam; molestavam mulheres e moças que encontrassem desacompanhadas pelos caminhos, e continuavam a circular os boatos sobre o que teriam feito ao Sr. Kliemann e ao Sr. Eidt, a respeito do que toda a população está muito indignada. Também ouvimos, que a senhora Dietz, que teria sido torturada e molestada de várias formas, havia fugido para a Argentina, para onde seu marido fora oito semanas antes. Ela teria aproveitado uma tarde chuvosa, na hora da troca da guarda da fronteira. Sua fuga piorou ainda mais a situação das pessoas de Linha Becker, pois haviam lhe arrancado confissões e delações mediante tortura,



antes de ela conseguir escapar. Agora vivemos todos, constantemente com medo de novas medidas punitivas (ROHDE, 2011, p. 252-253).

A atuação dos policiais da Brigada Militar do Rio Grande do Sul também é descrita, além da violência e emprego de tortura, por atitudes ridículas em suas buscas e apreensões por algo que fosse subversivo: “Tudo era suspeito e nisso os brigadianos foram ridículos pela mania que tiveram em julgar tudo subversivo. Como exemplo, recolhiam anotações de um jogo de canastra com suspeita de se tratar de códigos de guerra” (JUNGBLUT, 2000, p. 151). Em Rohde também lemos sobre as apreensões e procura por armas:

Nossa velha caixinha de música, de tio Max, era suspeita, bem como nossa estufa de cozinha, e demorou muito para que essas coisas fossem declaradas inocentes. Mais uma vez tudo foi virado do avesso e examinado com batidas para tentar achar um esconderijo. Não havia nada para ser achado. No antigo poço, o cabo para puxar o balde foi confiscado como perigoso, da mesma forma que o pára-raios e um antigo aparelho telefônico, que estava jogado no sótão, todos considerados perigosos e levados. As fossas do banheiro e do W.C., foram abertas porque se suspeitava estarem ali as armas, mas quando sentiram o cheiro nada agradável que saía dali, acabaram fechando os buracos rapidamente. No porão cavaram em dois pontos diferentes. Todos os canteiros de flores foram perfurados, a plantação de cana-de-açúcar foi arrasada, todo o lote e os seus limites foram vasculhados. Tudo foi examinado, mas em vão. Depois de procurarem por duas horas e meia, ameaçar e chantagear mamãe, Wolfgang e nós crianças, acabaram se retirando desmoralizados (ROHDE, 2011, p. 249).

Ainda sobre a atuação policial, lemos o depoimento de Estevão Wohlfart para o jornal Força d’Oeste, onde relata sobre uma suposta apreensão de parte de um submarino que pertenceria a um submarino alemão nas águas do rio Peperi-Guaçu que divisa com a Argentina e Linha Presidente Becker:

Estevão conta que a travessia do rio Peperi durante a fuga para a Argentina foi feita com uma canoa de Günter Prost. “Günter, quando veio para a colônia, trouxe uma pequena canoa em sua mudança. Era um pequeno caiaque desmontável – *faltboot*. [...] Foi com esse *faltboot* que o grupo fez a travessia do rio Peperi para a Argentina quando da fuga. O *faltboot* foi apreendido semanas depois pelos soldados, quando estes alegaram que esse barquinho se tratava de uma parte de um submarino alemão. Era algo ridículo, mas eles tentavam encontrar qualquer pretexto para incriminar os alemães. Imagina encontrar uma peça de submarino no Rio Peperi. Viam pretexto em qualquer bobagem para ferrar com os coitados dos alemães que moravam em Porto Novo”, recorda (JORNAL FORÇA D’OESTE, edição 895, p. 6).

Supostos comunicadores também foram apreendidos na linha Presidente Becker:

“[...] No Kollmann ocorreu um outro fato bizarro por parte dos soldados. Em sua residência os soldados apreenderam *schuhspanner* (alongadores de sapatos confeccionados em madeira, com uma mola espiral), alegando se tratar de microfones comunicadores. Era algo realmente absurdo” (JORNAL FORÇA D’OESTE, edição 895, p. 6).

Em fevereiro de 1943, todos os estrangeiros residentes em Porto Novo foram expulsos. Sem muitas informações, os policiais apenas lhes diziam que deveriam deixar a região e se



estabelecer em Xaxim – Xanxerê (Santa Catarina) distante cerca de 200 km de Itapiranga. Chamada de “*a coluna dos condenados à morte*” em Oudeste (2012), a expulsão dos estrangeiros é assim esclarecida em Rohde:

Dia 10 de janeiro, foi realizada uma festa na sede da Soe. de Atiradores, organizada pelo destacamento da Brigada Militar Do Estado do Rio Grande do Sul, ali estacionada. Nesta ocasião, o comandante, um aspirante a oficial, pronunciou um discurso dizendo que todos os estrangeiros estavam sendo convidados a deixar, de forma voluntária, a região. Deveriam abandonar Porto novo e se dirigir a uma nova região chamada de Xaxim - Xanxerê. Mas, esse discurso disparatado não foi levado a sério por ninguém, ninguém pensava em sair dali.

[...]

31 de janeiro, chegou o novo delegado de Chapecó, ordenando que, no dia 1º de fevereiro, todos os comissários se apresentassem em Itapiranga.

2 de fevereiro, por intermédio desses comissários, todos os estrangeiros receberam ordem de se apresentarem, no dia 3 de fevereiro, na delegacia de Itapiranga.

3 de fevereiro, cedo pela manhã, todos se movimentavam. Um dia assustadoramente quente, o pó na estrada cobria os pés, devido à seca que já durava meses. A atmosfera parecia tomada de fumaça, provocada pelos incêndios na mata que ocorriam em toda a volta. Ao amanhecer cavalguei, em companhia do Sr. Baptista Hofer, até o núcleo urbano de Itapiranga. Lá eu encontrei todos os estrangeiros, já esperando, após cavalgada torturante e calor opressor. Procurando abrigar-se em qualquer pequena sombra que fosse possível encontrar. Jovens e velhos, na sua maioria homens. Mulheres, só aquelas que, como eu, estavam sozinhas, cujos maridos haviam fugido, atravessando a fronteira para a Argentina. Todo centro da povoação estava repleto de cavalos. Diante da delegacia ficamos parados em fila. Cada um esperando para ser despachado. A ação era rápida e sem rodeios. Nós entregávamos nossos documentos e recebíamos a orientação de estarmos prontos para viajar, em 10 dias, quando deveríamos retirar os documentos necessários para a viagem e partir para o exílio - em Xaxim-Xanxerê. Diante de qualquer argumento que tentava provar a impossibilidade de tal medida, a resposta lacônica era sempre a mesma: quem não tivesse deixado sua casa, voluntariamente, até 13 de fevereiro, seria retirado de lá à força, pelos soldados e posto a caminho.

[...]

Os dias seguintes foram algo nunca visto. Não era possível, para ninguém, em tão pouco tempo, dissolver e liquidar uma propriedade rural, com lavouras, animais, ferramentas, etc. Não havia veículos à disposição para fazer o transporte das mudanças. Havia as crianças, os alimentos e tudo mais que precisaria ser levado. O gado precisaria ser vendido por preços ridículos ou carneado, para se conseguir o dinheiro para carroças e bois fortes, que pudessem aguentar tal viagem.

Com incrível refinamento da crueldade, inclusive funcionários públicos (entre eles um determinado oficial de justiça) extorquiam as pessoas de todas as formas, tentando tirar o máximo de vantagem da miséria dos refugiados, comprando suas melhores cabeças de gado por preços irrisórios e depois revendê-las com lucros imensos. Também lhes ofereciam, por preços muito elevados, terras para arrendar na área para a qual seríamos deslocados, terras que nem ao mesmo existiam (ROHDE, 2011, p. 261-263).

Centenas de pessoas venderam o que podiam, a baixos preços e se puseram em retirada. “Estavam anunciadas medidas legais severas contra todos aqueles que não houvessem deixado sua propriedade até o dia 15 de fevereiro” (ROHDE, 2011, p. 268). E complementa: “Dia 16 de fevereiro - Pela estrada empoeirada, sem sombra, avançava, devagar, a primeira “*caravana da morte*”. [...] A “*Caravana da Morte*”! Nós a chamávamos



assim, expressando o nosso estado de espírito, pois, o que mais aquelas pessoas poderiam esperar, naquelas condições?” (ROHDE, 2011, P. 268).

No dia 24 de fevereiro de 1943, um porta-voz do delegado de Porto Feliz anunciou que quem quisesse, poderia voltar para casa. A essa altura, várias caravanas de famílias retirantes já haviam alcançado o núcleo colonial Porto Feliz em Mondaí. Com enormes prejuízos e perdas com a venda dos bens, os dizeres eram “*Graças a Deus*” (ROHDE, 2011).

O período é descrito pelo emprego de atos exagerados cometidos pelas autoridades policiais. “As atrocidades exageradas dirigidas aos estrangeiros e seus descendentes foram cruéis, inaceitáveis, animais” (JUNGLUT, 2000, p. 151). E conclui:

A vida era triste. Havia fome, desespero. As pessoas choravam muito. Estavam atribuladas. A sensação de ser odiado, desprezado; e ser subversivo e traidor da pátria; de ter seu moral anulado; de ter sua cultura agredida; de ter seu lar invadido arbitrariamente e os bens a família fora de qualquer garantia; de sentir ameaçada a integridade física e moral da própria família; a proibição de falar, rezar, de se divertir... foram fatos que tiraram a alegria de viver dos pioneiros. (JUNGLUT, 2000, p. 155).

Eidt (1999) considera os episódios repressivos registrados em Itapiranga durante o período do Estado Novo como violação dos direitos, onde o governo pretendia inequivocadamente forçá-los a uma integração nacional:

A simpatia ao nazismo (ainda reinante) e a estruturação do movimento integralista no município em 1932 constituiu-se num pretexto para a violação dos direitos individuais das pessoas, no período de 1938 até o fim do conflito internacional. Efetuaram-se prisões, expulsões, torturas e apreensões a fim de descobrir indícios de vinculação da colônia com a Alemanha. Proibiu-se o uso da língua alemã no convívio social, nas cerimônias religiosas e nas escolas. A população da colônia foi acusada pelas autoridades públicas de ser adeptas do nazismo; pertencerem à quinta Coluna; contrabandear armas; instalarem uma rádio clandestina e praticarem a desobediência civil. Houve prisões e torturas, muitas famílias perderam tudo o que possuíam. Em nome da nacionalização, dezenas de pessoas foram obrigadas a executar trabalhos forçados em prisões de inúmeros municípios catarinenses. Eram taxados de “traidores da pátria”; o governo pretendia inequivocamente forçá-los para uma integração nacional (EIDT, 1999, p. 45).

Em outubro de 1943, Itapiranga passa a integrar o Território Federal do Iguaçu, e, a segurança da região foi assumida pelo Exército Federal, em substituição aos brigadianos gaúchos. A vida em Itapiranga aos poucos, parecia voltar à normalidade:

“Permaneceu a proibição das manifestações em alemão, fosse ela oral ou escrita. Os anos de 1944 e 1945 transcorreram quase que normalmente, respeitadas as proibições em vigor. No Natal de 1945, a Igreja começou timidamente a pregar em Alemão e, em janeiro de 1946, a vida começou a voltar ao normal em Itapiranga” (JUNGLUT, 2000, p. 157).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que a Campanha de Nacionalização e sua conseqüente repressão em colônias germânicas, entre elas, a colônia Porto Novo de Itapiranga, foram uma tentativa do



governo promover à força a assimilação de condutas nacionalistas, através da imposição de uma identidade nacional e elementos brasileiros, em especial a língua.

A imposição da Lei de Nacionalização foi um modelo autoritário de governo implantado por Vargas, na finalidade maior de instituir um “modelo” de brasileiro, um padrão de identidade nacional, atropelando assim, um processo que estava acontecendo de forma gradativa e natural.

“O Estado Novo tentou moldar um passado digno de comemoração no presente, em que pouco pode ser contestado devido ao regime ditatorial, mas no seu interior travaram-se lutas silenciosas de grupos defensores de diferentes ideias e sentimentos” (NODARI, 2009, p. 154). Para tanto, muitas colônias germânicas vistas como “quistos étnicos” sofreram a repressão de seus elementos não patrióticos. Em algumas destas colônias a repressão foi rigorosa, como no nosso caso de estudo: a colônia Porto Novo de Itapiranga - onde episódios de violência e tortura são verificados, comprovando que neste local, o estado montou um verdadeiro “aparelho de repressão” através da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, cujo fim era “nacionalizar os estrangeiros” ali estabelecidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AMORIM, Aluizio Batista. **Nazismo em Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 2000.
- EIDT, Paulino. SILVA, Edinaldo Enoque. **Porto Novo: do reino religioso ao poder de mercado**. Curitiba: CRV, 2011.
- EIDT, Paulino. **Porto Novo: da escola paroquial ao projeto de nucleação – uma identidade em crise**. Ijuí: Editora da Unijuí, 1999.
- HEINEN, Luiz. **Colonização e desenvolvimento do Oeste de Santa Catarina – aspectos sócio-políticos, econômicos e religiosos**. Joaçaba: UNOESC, 1997.
- JUNGBLUT, Roque. **Documentário Histórico de Porto Novo**. São Miguel do Oeste: Arco Íris Gráfica e Editora, 2000.
- NEUMANN, Rosane Márcia. **Quem nasce no Brasil, é brasileiro ou traidor!** - As colônias germânicas e a campanha de nacionalização. São Leopoldo, RS: Dissertação de Mestrado em História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, 2003. (Mimeo).
- NODARI, Eunice Sueli. **Etnicidades renegociadas: práticas socioculturais no oeste de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2009.
- OUDESTE, Claudia Stumpf Toldo. **Quatro histórias reais da sexta coluna**. Passo Fundo: Passografic, 2012.
- ROHDE, Maria W. **Espírito Pioneiro: a herança dos antepassados**. Itapiranga: Gráfica e Editora Porto Novo, 2011.
- SANTOS, Ademir Valdir dos. **O Estado Novo, o período pós 1945 e as escolas primárias catarinenses: (des) nacionalização do ensino estrangeiro?** Histedbr On-line, Campinas, n.32, p.65-84, dez. 2008.
- SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial**. 3.ed. – Barueri, SP: Manole, 2003.



WERLE, André Carlos. **Porto Novo**: o reino jesuítico germânico no oeste de Santa Catarina. Curitiba: CRV, 2011.

FONTES PRIMÁRIAS:

ARQUIVO HISTÓRICO DA PARÓQUIA SÃO PEDRO CANÍSIO. **Livro Tombo da Paróquia**. Itapiranga, SC.

JORNAL Força d'Oeste. Edição 895, 2015.

JORNAL A Voz de Chapecó. Número 27, 1940.